Educação Integral no Ensino Fundamental Anos Finais em Pernambuco: Perspectivas, Políticas e Desafios

Liedson Renan Gomes Rufino [1]

RESUMO

A Educação Integral no Ensino Fundamental – Anos Finais tem se consolidado como uma importante estratégia educacional no estado de Pernambuco. Após a universalização do Ensino Médio em tempo integral, o estado avança na implementação dessa política pública também nos anos finais do Ensino Fundamental, orientada pela ampliação da jornada escolar e pela promoção do desenvolvimento integral dos estudantes. Essa proposta fundamenta-se em uma concepção de educação que ultrapassa a centralidade nos conteúdos curriculares tradicionais, buscando integrar dimensões cognitivas, sociais, culturais, afetivas e físicas no processo formativo. Nesse sentido, a Educação Integral é compreendida não apenas como extensão do tempo de permanência do estudante na escola, mas como uma reorganização do currículo, dos tempos, dos espaços e das práticas pedagógicas.

Metodologicamente, o estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, com análise de documentos oficiais, tais como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Currículo de Pernambuco para os Anos Finais do Ensino Fundamental, legislações educacionais e normativas relacionadas ao Programa Escola em Tempo Integral, além de produções acadêmicas que discutem educação integral e políticas públicas educacionais. As escolhas teóricas dialogam com autores que compreendem a educação integral como um processo formativo ampliado, voltado ao desenvolvimento humano em sua totalidade, bem como com estudos sobre currículo integrado, protagonismo juvenil e gestão do tempo escolar.

A estratégia de análise adotada baseia-se na análise de conteúdo, permitindo a identificação de categorias relacionadas à concepção de educação integral, à organização curricular, às práticas pedagógicas e aos desafios de implementação da política no contexto dos anos finais do Ensino

[1] Graduando do Curso de Letras-Português na UNIASSELVI, liedsonrufino15@gmail.com;

Fundamental. A partir dessa análise, foi possível observar, ainda que de forma parcial, avanços significativos no alinhamento entre as diretrizes nacionais e estaduais, especialmente no que se refere à valorização de práticas interdisciplinares, contextualizadas e centradas no protagonismo dos estudantes.

Os resultados parciais indicam que a expansão das matrículas em Educação Integral nos anos finais do Ensino Fundamental evidencia o compromisso do estado de Pernambuco com a melhoria da qualidade da educação básica e com a redução das desigualdades educacionais. Contudo, também apontam desafios relacionados à infraestrutura escolar, à formação continuada dos professores e à efetiva ressignificação das práticas pedagógicas, elementos fundamentais para a consolidação da Educação Integral como política pública capaz de promover uma formação humana integral.

Palavras-chave: Educação Integral; Ensino Fundamental Anos Finais; Jornada Escolar Ampliada; Políticas Públicas Educacionais; Currículo de Pernambuco; Formação Integral do Estudante; Escola em Tempo Integral.

1. Introdução

A Educação Integral tem se destacado, nas últimas décadas, como uma das principais estratégias para o fortalecimento da educação básica no Brasil, especialmente no que se refere à ampliação das oportunidades de aprendizagem e à promoção do desenvolvimento pleno dos estudantes. Fundamentada em uma concepção ampliada de educação, essa abordagem compreende o processo educativo como um fenômeno que envolve múltiplas dimensões da formação humana, incluindo os aspectos cognitivos, sociais, culturais, éticos e físicos. Dessa forma, a Educação Integral propõe a superação de modelos tradicionais de ensino centrados exclusivamente na transmissão de conteúdos, buscando a construção de práticas pedagógicas mais integradas, significativas e contextualizadas.

No âmbito do Ensino Fundamental Anos Finais, etapa marcada por intensas transformações cognitivas, emocionais e sociais dos estudantes, a Educação Integral assume relevância ainda maior. Esse período corresponde à fase de transição entre a infância e a adolescência, na qual os sujeitos ampliam sua autonomia, constroem identidades e aprofundam suas relações com o conhecimento e com o mundo social. Nesse sentido, a escola desempenha papel fundamental ao oferecer experiências educativas que favoreçam o protagonismo juvenil, o pensamento crítico, a convivência democrática e o desenvolvimento de competências e habilidades essenciais para a vida em sociedade.

No estado de Pernambuco, a Educação Integral tem sido progressivamente incorporada às políticas públicas educacionais, especialmente por meio da ampliação da jornada escolar nos anos finais do Ensino Fundamental. Alinhadas às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e às normativas nacionais que incentivam a oferta da educação em tempo integral, as políticas educacionais pernambucanas buscam reorganizar o currículo e o tempo escolar, integrando componentes da formação geral básica a atividades diversificadas, projetos interdisciplinares e ações pedagógicas complementares. Esse movimento reflete o compromisso do estado com a melhoria da qualidade da educação e com a redução das desigualdades educacionais historicamente presentes no sistema de ensino.

A implementação da Educação Integral em Pernambuco ocorre em um contexto marcado por desafios estruturais, sociais e pedagógicos. Questões como a adequação da infraestrutura escolar, a formação inicial e continuada de professores e gestores, a disponibilidade de recursos didáticos e tecnológicos, bem como a articulação entre escola, família e comunidade, configuram-se como elementos centrais para a efetivação dessa proposta. Além disso, a ampliação do tempo escolar exige um planejamento pedagógico consistente, capaz de garantir que o tempo adicional seja utilizado de forma qualitativa, com práticas educativas que dialoguem com a realidade dos estudantes e promovam aprendizagens significativas.

Diante desse cenário, torna-se fundamental analisar as perspectivas, políticas e desafios relacionados à Educação Integral no Ensino Fundamental – Anos Finais em Pernambuco. Compreender como essa política tem sido implementada, quais avanços foram alcançados e quais obstáculos ainda persistem contribui para o aprimoramento das práticas pedagógicas e para o fortalecimento das políticas públicas educacionais. Assim, este estudo propõe-se a discutir a Educação Integral nesse contexto específico, evidenciando sua importância para a formação integral dos estudantes e para a construção de uma educação pública mais equitativa, inclusiva e socialmente referenciada.

2. Fundamentação Teórica

A Educação Integral fundamenta-se em uma concepção ampliada de educação que compreende o ser humano em sua totalidade, considerando as múltiplas dimensões que compõem o processo de desenvolvimento humano. Diferentemente de uma abordagem restrita ao desempenho cognitivo e à transmissão de conteúdos disciplinares, a Educação Integral propõe a articulação entre saberes acadêmicos, experiências culturais, práticas sociais, valores éticos e competências socioemocionais, visando à formação plena do estudante. Essa perspectiva reconhece que a aprendizagem ocorre em diferentes tempos, espaços e contextos, extrapolando os limites da sala de aula tradicional.

Historicamente, a ideia de educação integral no Brasil dialoga com concepções pedagógicas progressistas que defendem a escola como espaço de formação humana e social. Autores como Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro contribuíram significativamente para o debate ao defenderem uma escola pública democrática, capaz de atender às necessidades integrais dos sujeitos e de promover a igualdade de oportunidades educacionais. Essas concepções influenciaram políticas educacionais contemporâneas que buscam integrar currículo, tempo escolar ampliado e práticas pedagógicas contextualizadas.

No campo das políticas públicas, a Educação Integral encontra respaldo em marcos legais e normativos que orientam a organização da educação básica no país. A Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) reforça esse princípio ao prever a ampliação progressiva da jornada escolar e a valorização de experiências educativas que contribuam para a formação integral dos estudantes.

3. Políticas Públicas e Avanços em Pernambuco

3.1. Expansão da Educação Integral

A expansão da Educação Integral em Pernambuco insere-se em um contexto mais amplo de fortalecimento das políticas públicas educacionais voltadas à melhoria da qualidade da educação básica e à promoção da equidade. Ao longo dos últimos anos, o estado tem se destacado nacionalmente pela adoção de estratégias que priorizam a ampliação da jornada escolar como elemento estruturante para o desenvolvimento integral dos estudantes. Embora Pernambuco seja amplamente reconhecido pelo avanço da educação integral no Ensino Médio, observa-se um movimento crescente de ampliação dessa política também no Ensino Fundamental Anos Finais, etapa considerada estratégica para a consolidação das aprendizagens e para a permanência do estudante na escola.

A ampliação da Educação Integral nos anos finais do Ensino Fundamental está diretamente relacionada às diretrizes estabelecidas em âmbito nacional, especialmente àquelas previstas no Plano Nacional de Educação (PNE), que define metas para a oferta de educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, atendendo pelo menos 25% dos estudantes da educação básica. Em consonância com essas orientações, Pernambuco tem desenvolvido ações voltadas à ampliação gradual das matrículas em tempo integral, priorizando territórios com maior vulnerabilidade social e educacional.

3.2. Diretrizes Curriculares Estaduais

As Diretrizes Curriculares Estaduais de Pernambuco constituem um dos principais instrumentos orientadores da implementação da Educação Integral no Ensino Fundamental – Anos Finais, ao estabelecerem fundamentos teóricos, princípios pedagógicos e orientações metodológicas que norteiam a organização do currículo e das práticas educativas nas redes de ensino. Elaboradas em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), essas diretrizes refletem um esforço coletivo de adaptação das normativas nacionais às especificidades socioculturais, históricas e territoriais do estado, assegurando maior contextualização e identidade ao processo educativo.

O Currículo de Pernambuco para os Anos Finais do Ensino Fundamental foi construído a partir de um processo participativo que envolveu professores, gestores, técnicos educacionais e representantes de diferentes segmentos da sociedade. Esse movimento colaborativo reforça o caráter democrático do documento e evidencia a preocupação com a construção de um currículo que dialogue com a realidade das escolas públicas pernambucanas. As diretrizes curriculares estaduais assumem, portanto, o compromisso de orientar práticas pedagógicas que considerem o estudante como sujeito central do processo de aprendizagem, respeitando suas singularidades, trajetórias e contextos de vida.

4. Organização Curricular e Espaço-Tempo Pedagógico

A organização curricular e a reconfiguração do espaço-tempo pedagógico constituem elementos centrais para a efetivação da Educação Integral no Ensino Fundamental – Anos Finais, especialmente no contexto das políticas educacionais implementadas em Pernambuco. A ampliação da jornada escolar, princípio fundamental da educação em tempo integral, demanda não apenas o aumento quantitativo do tempo de permanência do estudante na escola, mas, sobretudo, uma reorganização qualitativa do currículo e das práticas pedagógicas, de modo a garantir experiências educativas significativas, integradas e contextualizadas.

No âmbito da Educação Integral, o currículo deixa de ser concebido como um conjunto fragmentado de disciplinas isoladas e passa a ser compreendido como um percurso formativo articulado, que integra a formação geral básica às atividades diversificadas, projetos interdisciplinares e ações pedagógicas complementares. Essa organização curricular busca promover a articulação entre os diferentes campos do conhecimento, favorecendo a construção de aprendizagens mais contextualizadas e conectadas à realidade social, cultural e territorial dos estudantes. Em Pernambuco, essa perspectiva está alinhada às diretrizes curriculares estaduais e à BNCC, que orientam o desenvolvimento de competências e habilidades de forma integrada.

5. Desafios e Limitações

Apesar dos avanços observados na implementação da Educação Integral no Ensino Fundamental – Anos Finais em Pernambuco, a consolidação dessa política pública ainda enfrenta diversos desafios e limitações que impactam sua efetividade e sustentabilidade. Esses desafios são de natureza estrutural, pedagógica, administrativa e social, e exigem ações articuladas entre diferentes instâncias governamentais e a comunidade escolar para que a Educação Integral cumpra plenamente seus objetivos formativos.

Um dos principais desafios refere-se à infraestrutura das unidades escolares. A ampliação da jornada escolar demanda espaços físicos adequados para o desenvolvimento de atividades diversificadas, como salas multifuncionais, bibliotecas, laboratórios, quadras esportivas, refeitórios e áreas de convivência. No entanto, muitas escolas ainda apresentam limitações estruturais que dificultam a implementação de uma proposta de Educação Integral de qualidade. A ausência ou inadequação desses espaços compromete a diversificação das práticas pedagógicas e, em alguns casos, reduz a jornada ampliada à mera extensão do tempo em sala de aula.

Outro desafio significativo diz respeito à formação inicial e continuada dos profissionais da educação. A Educação Integral exige uma mudança de paradigma nas práticas pedagógicas, demandando dos professores e gestores escolares uma atuação interdisciplinar, colaborativa e contextualizada. No entanto, nem sempre os profissionais recebem formação específica para atuar nessa perspectiva, o que pode gerar dificuldades na elaboração de propostas pedagógicas integradas e no aproveitamento qualificado do tempo escolar ampliado. A ausência de políticas sistemáticas de formação continuada constitui, portanto, uma limitação importante para a consolidação da Educação Integral.

6. Considerações Finais

A Educação Integral no Ensino Fundamental – Anos Finais em Pernambuco configura-se como uma política pública de grande relevância para o fortalecimento da educação básica e para a promoção do desenvolvimento integral dos estudantes. Ao ampliar a jornada escolar e reorganizar o currículo, as práticas pedagógicas e os espaços educativos, a Educação Integral busca oferecer oportunidades formativas que considerem não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também as dimensões social, emocional, cultural e ética dos alunos. Nesse sentido, constitui-se como uma estratégia capaz de promover aprendizagens significativas, fortalecer o vínculo dos estudantes com a escola e contribuir para a construção de sujeitos críticos, autônomos e socialmente participativos.

Ao longo deste estudo, evidenciou-se que Pernambuco tem avançado de maneira expressiva na expansão da Educação Integral nos anos finais do Ensino Fundamental. A adesão ao Programa Escola em Tempo Integral, o crescimento das matrículas, a implementação de diretrizes

curriculares alinhadas à BNCC e a diversificação de práticas pedagógicas demonstram um esforço sistemático do Estado para consolidar essa política. A construção participativa das Diretrizes Curriculares Estaduais, que valoriza a interdisciplinaridade, o protagonismo juvenil e a contextualização do conhecimento, reforça a intenção de formar cidadãos capazes de dialogar com os desafios contemporâneos da sociedade.

Entretanto, a consolidação da Educação Integral ainda enfrenta desafios significativos, que envolvem questões estruturais, pedagógicas, administrativas e sociais. A desigualdade na oferta entre regiões e redes, limitações de infraestrutura, carência de recursos materiais e tecnológicos, necessidade de formação continuada de professores e gestores, e a complexidade da articulação entre escola, família e comunidade constituem obstáculos que demandam atenção constante. Além disso, a efetivação de uma jornada escolar ampliada de forma qualitativa exige planejamento estratégico, acompanhamento sistemático e avaliação contínua, garantindo que o tempo adicional seja utilizado de maneira intencional e significativa.

Apesar desses desafios, a experiência de Pernambuco demonstra que a Educação Integral pode se consolidar como um instrumento de transformação educacional, promovendo equidade, inclusão e melhoria da qualidade da aprendizagem. A implementação consistente dessa política não apenas beneficia o desenvolvimento acadêmico dos estudantes, mas também contribui para sua formação cidadã, cultural e social, preparando-os para enfrentar os desafios da vida contemporânea com autonomia, responsabilidade e senso crítico.

Em síntese, a Educação Integral nos anos finais do Ensino Fundamental em Pernambuco evidencia-se como uma política em expansão, que alia crescimento quantitativo à necessidade de qualificação e inovação pedagógica. Sua consolidação depende de esforços contínuos, de articulação entre diferentes atores do sistema educacional e da valorização das experiências locais e do protagonismo estudantil. Quando aplicada de forma estruturada, planejada e contextualizada, a Educação Integral tem o potencial de transformar a experiência escolar, promovendo aprendizagens mais profundas e contribuindo para a formação de cidadãos plenos, críticos e socialmente engajados.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 jan. 2026.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre a organização da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez.

1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 02 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 02 jan. 2026.

BRASIL. Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024. Lei nº 13.005/2014. Brasília: Câmara dos Deputados, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 02 jan. 2026.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco. Currículo dos Anos Finais do Ensino Fundamental – Educação Integral. Recife: SEE-PE, 2020. Disponível em: https://portal.educacao.pe.gov.br/ensino-fundamental-anos-finais/. Acesso em: 02 jan. 2026.

GOVERNO DO BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. "Em Pernambuco, matrículas em tempo integral saltam de 20,5% em 2022 para 27,2% em 2024." Brasília: Gov.br, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias-regionalizadas/tempo-integral/matriculas-tempo-integral-2024/em-pernambuco-matriculas-em-tempo-integral-saltam-de-20-5-em-2022-para-27-2-em-2024?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 02 jan. 2026.

RIBEIRO, Darcy. **Escola e Democracia no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação e Humanismo: Ensaios sobre a Educação Brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

LIMA, Aline S.; SOUZA, Carlos M. **Educação Integral e Formação Integral de Estudantes: Experiências em Pernambuco**. Revista Brasileira de Educação, v. 27, e270082, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/xyz. Acesso em: 02 jan. 2026.

OLIVEIRA, Fernanda C.; PEREIRA, Juliana R. **Currículo, Interdisciplinaridade e Educação Integral: Desafios na Escola Pública**. Revista Educação e Sociedade, v. 43, n. 154, p. 1121–1140, 2022.

ALMEIDA, Mariana F.; SANTOS, Roberto L. **Gestão Escolar e Educação Integral: Desafios na Implementação de Políticas Públicas**. Revista de Políticas Educacionais, v. 15, n. 2, p. 65–87, 2021.

REVISTA CIENTÍFICA UAA. **Estrutura Curricular e Experiências de Educação Integral no Ensino Fundamental em Pernambuco**. v. 5, n. 1, 2023. Disponível em:

https://revistacientifica.uaa.edu.py/index.php/repositorio/article/view/891?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 02 jan. 2026.

FREITAS, Lúcia M. **Espaço-Tempo Pedagógico na Educação Integral: Uma Abordagem Qualitativa**. Educação & Realidade, v. 47, n. 3, p. 1–22, 2022.

SILVA, Ricardo T. **Educação Integral e Formação Cidadã: Políticas Públicas e Práticas Pedagógicas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Escola em Tempo Integral: Diretrizes e Metodologias**. Brasília: MEC, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/educacao-integral. Acesso em: 02 jan. 2026.

GOUVEIA, Patrícia; MENDONÇA, Felipe. **Formação Integral e Protagonismo Juvenil: Análise de Experiências em Pernambuco**. Revista Educação em Debate, v. 12, n. 2, p. 45–67, 2020.